



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador Paulo Rocha

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2020**

Estabelece normas para facilitar o acesso ao crédito e revoga dispositivo da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Até 30 de junho de 2021, as instituições financeiras públicas, inclusive as suas subsidiárias, não exigirão, em suas contratações e em suas renegociações de operações de crédito realizadas diretamente ou por meio de agentes financeiros, o cumprimento das seguintes disposições:

I - § 1º do art. 362 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

II - inciso IV do § 1º do art. 7º da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral);

III - art. 62 do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967;

IV - alíneas *b* e *c* do *caput* do art. 27 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;

V - alínea *a* do inciso I do *caput* do art. 47 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

VI - art. 10 da Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994;

VII - art. 1º da Lei nº 9.012, de 30 de março de 1995;

VIII - art. 20 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e

IX - art. 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.



SF/20906.34801-43



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador Paulo Rocha

§ 1º As instituições financeiras, inclusive as suas subsidiárias, ficam obrigadas a encaminhar à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, trimestralmente, na forma regulamentada em ato dos referidos órgãos, a relação das contratações e das renegociações de operações de crédito que envolvam recursos públicos realizadas diretamente ou por meio de agentes financeiros, com a indicação, no mínimo, dos beneficiários, dos valores e dos prazos envolvidos.

§ 2º O disposto no *caput* deste artigo não se aplica às operações de crédito realizadas com lastro em recursos oriundos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

§ 3º Fica vedada a utilização de crédito recebido nos termos deste artigo para fins de distribuição de lucros e dividendos entre os sócios ou acionistas.

§ 4º O disposto neste artigo aplica-se às operações de crédito realizadas por instituições financeiras privadas, no que for cabível.

**Art. 2º** Fica revogado o seguinte dispositivo:

I – art. 1.463 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Em 24 de abril de 2020, o governo federal editou a Medida Provisória nº 958, de 2020, que visava facilitar o acesso ao crédito, com a finalidade de mitigar os impactos econômicos decorrentes da pandemia do coronavírus (covid-19). A MP dispensava, até 30/09/2020, as instituições financeiras públicas e suas subsidiárias de exigirem dos tomadores de crédito os seguintes documentos: regularidade na entrega da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais); quitação com a Justiça Eleitoral (no caso de eleitores); comprovação de quitação de tributos federais, incluindo apresentação de certidão negativa de inscrição na dívida ativa da União; certidão negativa de





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador Paulo Rocha

débito; consulta ao Cadin (Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais); regularidade com o FGTS (exceto em operações com recursos do Fundo); e quitação do ITR (imposto sobre a propriedade territorial rural). Além disso, para reduzir custos na contratação de crédito, a MP modificava o Código Civil para eliminar permanentemente a exigência de que, para serem penhorados, os veículos devem estar segurados.

Em 18/08/2020, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei de Conversão nº 33, de 2020, oriundo da MP 958, de 2020, fazendo alguns ajustes no texto original da medida provisória, dentre os quais destacamos: extensão do prazo de validade da dispensa dos documentos acima até 31/12/2020 ou enquanto perdurar o estado de calamidade pública (para microempresas e empresas de pequeno porte ou operações de crédito rural, o prazo seria até 30/06/2021); ao invés de ser facultativa, tornou obrigatória a dispensa dos documentos listados acima nas operações de crédito realizadas por instituições financeiras públicas e suas subsidiárias; extensão da dispensa de documentos para as operações de crédito realizadas por instituições financeiras privadas, no que for cabível; e vedação da utilização de crédito recebido nos termos da MP para fins de distribuição de lucros e dividendos entre os sócios ou acionistas.

Em 24/08/2020, terminou a vigência da MP 958/2020, sem que a mesma tivesse sido votada pelo Plenário do Senado Federal.

Considerando que a economia já estava estagnada antes mesmo do início da pandemia e que, durante a vigência da MP, o isolamento social necessário para o combate ao coronavírus ainda estava vigente, ainda que de forma parcial, em muitas regiões do país, diversas empresas nem tentaram o acesso ao crédito com a desburocratização permitida pela medida provisória, pois não vislumbravam retorno às suas atividades. Como apontam os principais prognósticos econômicos, a retomada da atividade econômica deve se estender por esse ano e, pelo menos, até o primeiro semestre do ano que vem.

Desse modo, por entendermos que é papel do Estado promover e facilitar o acesso ao crédito, para contribuir para a retomada econômica e evitar a falência de milhares de empresas brasileiras, propomos o presente





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador Paulo Rocha

projeto de lei, que restaura o principais dispositivos do texto do Projeto de Lei de Conversão nº 33, de 2020, oriundo da MP 958, de 2020.

Dada a importância da matéria, esperamos contar com o apoio dos estimados pares para a sua aprovação com a máxima urgência.

Sala de Sessões,

**SENADOR PAULO ROCHA**  
PT – PA



SF/20906.34801-43